

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

O Estado do Amapá, localizado na Região Norte, possui uma superfície territorial de 143.453,7 km², correspondendo a 1,67% do território nacional e a 3,7% da área da Região Norte⁶. Situado no extremo norte do país, o Amapá faz fronteira com o Estado do Pará, com o Suriname e a Guiana Francesa e concentra uma grande diversidade em ambientes naturais, fazendo parte de dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e à estruturação de seus ambientes naturais.

Do ponto de vista do relevo, o Estado é dividido em duas grandes regiões: uma interna, de relevo suavemente ondulado, com alturas médias entre 100 e 200 metros, mas que podem atingir extremos de 500 metros, constituída por rochas cristalinas metamórficas e cobertas de floresta densa, e outra região, costeira de planície, que se estende até o Atlântico, ao leste, e até o rio Amazonas, ao sul. A cobertura vegetal do Estado apresenta dois padrões principais: as formações florestadas, com florestas densas de terra firme, florestas de várzea e manguezais, e formações campestres, com cerrados e campos de várzea inundáveis ou aluviais. A floresta de terra firme é o ecossistema de maior representatividade, ocupando mais de 70% da superfície do Estado.

O Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá (Iepa), criado para ser um centro de pesquisas científicas e tecnológicas para aproveitamento dos recursos naturais do Estado, realizou, juntamente com o governo da Guiana Francesa, o zoneamento ecológico-econômico do Amapá procurando identificar as características e o potencial de cada região, como base para a ocupação racional e exploração econômica sustentável. O instituto fornece, ainda, suporte técnico ao Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá.

De acordo com os dados do Zoneamento Ecológico Econômico (1998), a área desmatada do Amapá é de somente 1,9% do seu território. A concentração da população no eixo da única rodovia parcialmente asfaltada, que liga o Estado de norte a sul – a BR 156, com ramificações de pouco

⁶ IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1998.

impacto –, tem assegurado a existência de grandes áreas contínuas com cobertura vegetal não alterada. Também as inúmeras cachoeiras situadas nas diferentes bacias hidrográficas dificultaram a exploração do interior do Estado. A rede hidrográfica é expressiva, e os rios são importantes vias de transporte na região.

O Amapá é o primeiro Estado brasileiro a ter todas as terras indígenas demarcadas, apresentando um conjunto significativo de áreas protegidas e reservas indígenas, que abrange mais de 40.000 km² e corresponde a cerca de 30% da superfície total do Estado.

Economia

A economia do Amapá é diretamente dependente dos recursos naturais caracterizando-se pela exploração de matérias-primas, produtos primários e semi-elaborados. Uma vez terminada a exploração de manganês na Serra do Navio, o cavaco de pinos, produzido por uma empresa multinacional, representa mais de 50% da exportação total, seguido em importância pelo palmito de açaí e pelo pescado. O setor primário é caracterizado por baixo nível tecnológico, crédito restrito e por contingente populacional reduzido. O extrativismo vegetal (castanha, borracha, açaí e cacau) encontra-se em franca expansão em virtude do apoio de políticas governamentais. O setor secundário está concentrado nas atividades do extrativismo mineral, da construção civil e da indústria de transformação e tem sua capacidade de expansão limitada pela oferta de energia e por outras deficiências em infra-estrutura. Excluindo-se algumas grandes empresas, predominam a informalidade e o baixo nível de utilização tecnológica. O setor terciário, incluída a administração pública, é o mais representativo da economia amapaense, apesar de não ser o principal empregador. As atividades de comércio e serviços têm superado a administração pública na geração de empregos em anos recentes. De acordo com a Sudam (1998), o Amapá teve, entre 1990 e 1996, uma taxa média anual de crescimento econômico de 4,4%, sendo este mais acentuado entre 1995-96⁷.

A Tabela 5 a seguir apresenta a previsão de investimentos no Estado para o período de 1997 a 2000, podendo-se constatar que a totalidade dos

investimentos previstos é para o ramo da fabricação de celulose, papel e produtos de papel.

Tabela 5
Previsão dos Investimentos¹ nas Indústrias Extrativa Mineral e de Transformação, segundo Ramos de Atividade Estado do Amapá 1997-2000

Ramos de Atividade	Valor (US\$ Milhão)	%	% no Total da Região Norte
Total	88,9	100,0	0,1
Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	88,9	100,0	0,1

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

1- Valor igual ou superior a US\$ 5 milhões.

Produto Interno Bruto

O Amapá possuía em 1998 um Produto Interno Bruto (PIB) de, aproximadamente, R\$1,33 bilhão, o que representava 3,5% do PIB total da Região Norte e 0,2% do PIB total do país (Ipea). Em que pese ser pequena sua contribuição para o PIB do Brasil, a economia amapaense cresceu acima da média nacional no período entre 1985 e 1998. Essas participações foram ampliadas desde 1985, quando eram 2,3% e 0,1% respectivamente (Tabela 6). O setor de serviços representava, em 1998, 0,2% do total do Brasil e 4,0% da Região Norte; e a indústria, que participava com 3,2% na região Norte, representava 0,1% no total brasileiro. A participação da agropecuária foi de 0,2% no Brasil e 1,8% na Região Norte.

⁷ Ver site do governo do Amapá: www.amapa.gov.br.

Tabela 6
Participação do Amapá no PIB da Região Norte e do Brasil,
segundo Setores de Atividade
Estado do Amapá
1985-1998

Setores de Atividade	Em porcentagem							
	1985		1990		1995		1998	
	Norte	Brasil	Norte	Brasil	Norte	Brasil	Norte	Brasil
Agropecuária	1,1	0,0	1,7	0,1	1,9	0,2	1,8	0,2
Indústria	2,1	0,1	1,5	0,1	2,7	0,1	3,2	0,1
Indústria Geral	1,9	0,1	1,0	0,1	1,1	0,0	1,1	0,1
Construção Civil	3,8	0,1	7,7	0,1	15,6	0,2	14,7	0,2
Serv. Ind. de Util. Pública	4,6	0,2	2,9	0,1	2,3	0,1	2,1	0,1
Serviços	2,9	0,1	5,0	0,2	4,1	0,2	4,0	0,2
Comércio	2,2	0,1	3,5	0,1	4,2	0,2	5,9	0,3
Transportes	0,3	0,0	0,6	0,0	0,6	0,0	0,8	0,0
Comunicações	2,2	0,1	2,5	0,1	4,9	0,2	4,9	0,2
Instituições Financeiras	1,6	0,0	1,2	0,0	2,0	0,0	2,1	0,0
Administração Pública	5,3	0,3	7,8	0,5	5,7	0,3	5,7	0,3
Aluguéis	2,3	0,1	2,3	0,1	2,3	0,1	2,3	0,1
Outros Serviços	2,9	0,1	3,1	0,1	3,7	0,1	3,3	0,1
Subtotal	2,3	0,1	3,4	0,1	3,3	0,2	3,5	0,2
Dummy Financeira	1,6	0,0	1,2	0,0	2,0	0,0	2,1	0,0
PIB a Custo de Fatores	2,3	0,1	3,5	0,2	3,3	0,2	3,5	0,2

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985/98

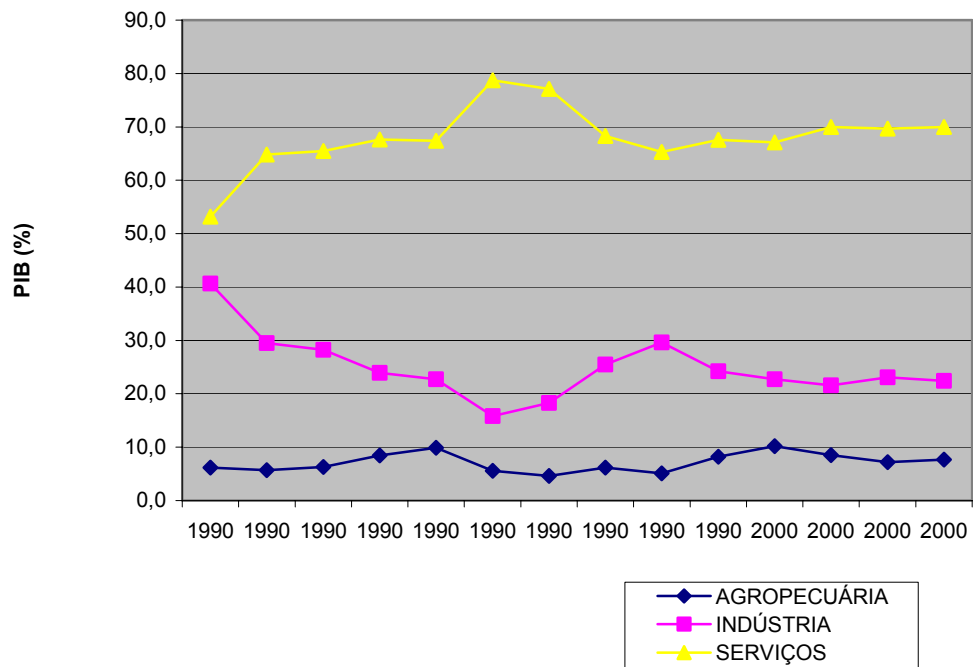
Em sua estrutura de produção (Tabela 7 e Gráfico 1), observa-se que a economia do Amapá está centrada principalmente no setor de serviços, responsável pela geração da maior parte do PIB do Estado (70,0%). Dentro desse setor, os segmentos de maior destaque foram administração pública, comércio e aluguéis com participações de 30,9%, 14,6% e 11,8% do PIB estadual, respectivamente. A indústria vem a seguir, com 22,4%. Nesse setor, destaca-se o segmento da construção civil, com 14,7% do PIB estadual. Por fim, o setor agropecuário aparece com uma participação de 7,7% na composição do PIB do Estado.

Analisando a evolução na composição dos setores no PIB do Amapá entre 1985 e 1998, observa-se que a participação do setor de serviços cresceu nesse período em, aproximadamente, 15% na participação do PIB estadual. Os maiores crescimentos ocorreram nos segmentos de aluguéis e de administração pública, que aumentaram cerca de 8% cada. A participação da indústria apresentou queda significativa, saindo de 40,7% em 1985 para 22,4% em 1998, tendo sido 1990 o ano que registrou menor porcentagem. A participação da agropecuária apresentou oscilações com picos em 1989 e 1995, tendo passado no período de 6,2% para 7,7%.

Evolução das Ocupações e do Emprego

A população residente em áreas urbanas ocupada em atividades não-agrícolas aumentou 5,5% ao ano no período 1992-99, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). As maiores taxas de crescimento foram registradas nos ramos de transporte ou comunicação (18,1% a.a.), na indústria de transformação (10,7% a.a.) e serviços sociais (7,6% a.a.). Contudo, os ramos que empregam maiores contingentes são o comércio de mercadorias, prestação de serviços e serviços sociais (Tabela 8).

Gráfico 1
Evolução do PIB do Amapá
1985 –1998



Fonte: Ipea; elaboração Fundação Seade.

Tabela 7
Estrutura do PIB, segundo Setores de Atividade
Estado do Amapá
1985-98

	Em porcentagem									
Setores de Atividade Econômica	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Agropecuária	6,2	5,7	6,3	8,4	9,9	5,6	4,6	6,2	5,1	4,8
Indústria	40,7	29,5	28,2	23,9	22,7	15,8	18,3	25,5	29,6	29,9
Indústria Geral	32,9	25,2	21,2	17,3	15,5	9,2	9,7	9,8	12,0	12,0
Construção Civil	3,4	1,0	2,5	3,2	4,1	4,4	6,1	13,1	15,4	15,4
Serv. Ind. de Utilidade Pública	4,4	3,3	4,5	3,4	3,2	2,2	2,4	2,7	2,2	2,5
Serviços	53,2	64,8	65,5	67,6	67,4	78,7	77,1	68,3	65,3	60,3
Comércio	9,9	14,6	12,4	12,7	9,1	8,9	13,0	10,9	9,8	10,0
Transportes	0,4	0,8	0,7	0,3	1,7	0,3	0,6	0,7	0,6	0,6
Comunicações	0,8	0,3	0,7	0,7	0,7	0,6	0,7	0,7	1,7	1,7
Instituições Financeiras	4,2	1,1	1,9	1,1	2,1	1,1	1,0	3,5	3,9	3,9
Adm. Pública	22,4	34,0	36,8	39,6	39,2	56,1	41,6	33,1	32,2	33,8
Aluguéis	3,6	3,8	4,1	3,2	3,3	4,6	10,6	8,8	6,5	6,5
Outros Serviços	12,0	10,3	8,8	10,0	11,2	7,0	9,6	10,6	10,6	10,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ipea – Produto Interno Bruto por Unidade da Federação – 1985-98.

Tabela 8
 População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residente em Áreas Urbanas, segundo Ramos de Atividade
 Estado do Amapá
 1992-1999

Ramos de Atividade	Em 1.000 pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 (% a.a.)
Total	82	90	109	109	121	112	120	5,5 ***
Indústria de Transformação	4	8	6	8	5	8	12	10,7 **
Indústria da Construção	8	8	11	8	10	8	7	-1,3
Outras Atividades Industriais	2	3	-	-	2	-	-	
Comércio de Mercadorias	14	17	23	19	24	19	25	6,8 ***
Prestação de Serviços	17	19	25	28	28	26	24	5,9 ***
Serviços Auxiliares	-	4	3	-	4	6	2	
Transporte ou Comunicação	2	3	2	5	10	5	6	18,1 **
Serviços Sociais	17	13	14	19	22	22	23	7,6 ***
Administração Pública	15	14	24	18	14	15	19	1,9
Outras Atividades	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp. Janeiro/2000.

**, * indicam, respectivamente, 5% e 10% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Observando-se os setores econômicos que apresentaram maior crescimento no número de ocupados, entre 1992 e 1999, destacam-se os estabelecimentos de ensino público (13,2%) e o emprego doméstico (12,9%) (Tabela 9). As ocupações que tiveram os maiores aumentos foram serviços domésticos (12,9%), balconistas atendentes (12,6%), serviços por conta própria (8,7%) e motorista (8,2%). Com relação ao total de ocupados, sobressaem-se os serviços por conta própria (10 mil), serviços domésticos (9 mil) e os balconistas atendentes (7 mil) (Tabela 10).

Tabela 9

População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residente em Áreas Urbanas, segundo Setores de Atividade - PEA restrita

Estado do Amapá

1992-1999

Setores de Atividade	Em 1.000 pessoas							1992/99 % a.a.
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Total	82	90	109	109	121	112	120	5,5 ***
estab. ensino público	8	5	9	10	13	14	14	13,2 ***
emprego doméstico	6	5	6	12	12	13	9	12,9 ***
construção	8	8	11	8	10	8	7	-1,3
comércio alimentos	4	5	10	5	7	4	6	2,0
restaurantes	4	3	3	4	6	5	5	7,1 *
comércio de varejo	-	-	-	-	2	2	5	
administração estadual	7	3	10	5	3	3	5	-5,1
comércio ambulante	4	5	5	4	6	5	5	2,3
administração municipal	5	6	4	4	5	3	4	-5,1 **
serviços de saúde público	3	3	-	5	6	3	4	
transporte de carga	-	-	-	3	3	-	3	
comércio art construção	-	-	-	-	-	-	3	
fabr. móveis	-	-	-	-	-	-	3	
indústria alimentos	-	-	-	-	-	3	3	
polícia militar	-	-	3	3	-	3	2	
industria transformação	-	-	-	-	-	-	2	
legislativo e trib.contas	-	-	-	-	-	-	2	
alfaiataria	-	-	-	-	-	-	2	
polícia civil	-	-	3	-	2	2	2	
serviços de segurança	-	3	3	4	2	-	-	
assist. técnica - veículos	-	2	4	3	2	4	-	
transporte público	-	-	-	-	3	-	-	
ensino privado	-	-	-	-	-	2	-	
comércio vestuário	-	2	3	-	2	2	-	
industria de madeiras	-	2	-	3	3	-	-	
Sut-total	49	52	74	72	87	74	88	8,6 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.Janeiro/2000.

**, * indicam, respectivamente, 5% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Tabela 10
 População Ocupada em Atividades Não-Agrícolas, Residente em Áreas Urbanas, segundo a
 Ocupação Principal - PEA restrita
 Estado do Amapá
 1992-1999

Em 1.000 pessoas

Ocupação Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	82	90	109	109	121	112	120	5,5 ***
serviços conta própria	7	3	6	4	10	6	10	8,7
serviços domésticos	6	5	6	12	12	13	9	12,9 ***
balconistas atendentes	3	4	6	6	8	5	7	12,6 ***
diversos	3	4	2	-	2	10	6	
motorista	4	3	4	5	7	4	6	8,2 *
servente faxineiro	5	5	4	3	4	5	5	-2,3
profes. prim grau inicial	3	-	2	3	3	3	3	
costureiro alfaiate	-	-	-	-	-	-	3	
ambulante - outros	2	3	3	3	5	3	3	4,3
marceneiro	-	-	-	-	-	3	3	
assistentes administr	3	-	3	3	-	3	2	
forneiro em olaria	-	-	-	-	-	-	2	
pedreiro	3	2	6	-	-	4	2	
profes. prim grau geral	-	-	-	-	-	-	2	
praça militar	-	3	4	4	-	-	2	
guarda - vigia	3	2	-	-	-	2	2	
cozinheiro (não domést)	-	-	-	-	2	-	2	
dirigente adm pública	-	-	-	-	-	-	2	
guarda sanitário	-	-	-	-	-	-	2	
ajudante administrativo	-	4	2	-	4	-	-	
ajudante diversos	2	3	-	4	2	3	-	
ajudante pedreiro	-	-	2	-	4	-	-	
prof.segundo grau	-	-	-	-	-	2	-	
vigilância privada	-	-	3	3	2	-	-	
Sub-total	42	43	53	49	64	66	76	8,7 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.Janeiro/2000.

* indica 5% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

As Tabelas 11 e 12 mostram a evolução do emprego formal no Estado do Amapá. Observa-se que, de 1986 a 1997, houve crescimento, com aumento de aproximadamente 14,5 mil postos de trabalho (60,94%) e de 1.169 novos estabelecimentos (167,48%). Em 1986, a média de empregados por estabelecimentos era 34,2; em 1997 essa média caiu para 20,5, o que significa maior crescimento no número de estabelecimentos do que no de postos de trabalho.

Tabela 11

Evolução do Emprego Formal e do Número de Unidades Locais, segundo Ramos de Atividade Estado do Amapá 1986 – 1997

Ramos de Atividade	1986		1997		1997 / 1986 (%)		
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	
Total		698	23.877	1.867	38.428	167,48	60,94
Extrativa Mineral		3	1.502	6	231	100,00	-84,62
Indústria de Transformação		73	2.372	126	1.000	72,60	-57,84
Serviços Industriais de Utilidade Pública		8	825	4	182	(50,00)	-77,94
Construção Civil		35	1.728	95	1.252	171,43	-27,55
Comércio		336	1.916	911	5.642	171,13	194,47
Setor de Serviços		231	14.788	666	29.804	188,31	101,54
Agric.;Silvic.;Criação Animais,Extr. Veg.;Pesca		7	400	21	172	200,00	-57,00
Outros		5	346	38	145	660,00	-58,09

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Rais 1997.

Os segmentos que mais influenciaram o aumento no número de postos de trabalho no Estado foram o comércio e os serviços, com crescimento de 194,47% e 101,54%, respectivamente. Em contrapartida, o extrativo mineral foi responsável pela maior queda de pessoal ocupado com carteira assinada, com taxa negativa de 84,62%, seguido dos serviços industriais de utilidade pública, com 77,94%. A agropecuária e a indústria de transformação também apresentaram taxas negativas significativas (cerca de 57%).

No comércio, ocorreu um aumento de mais de 200% no número de estabelecimentos do comércio varejista (Tabela 12) e de quase 190% no pessoal ocupado, fazendo baixar a média de empregados por estabelecimento de 6,3 para 5,9. Já no comércio atacadista, o número de estabelecimentos cresceu apenas

28,81%, enquanto o número de empregados cresceu 244,21%, elevando a média de empregados por estabelecimento de 3,2 para 8,6.

É importante chamar atenção que os números absolutos, apresentados pela RAIS, expressam, muitas vezes, o baixo grau de formalização nas relações de trabalho existente no estado. Em muitos setores o contingente de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, é bem menor que o total de ocupados. Haja vista, por exemplo que a PNAD informa que havia aproximadamente 120 mil pessoas ocupadas em atividades urbanas não agrícolas no Amapá em 1997 enquanto a RAIS apresenta somente 38,5 mil empregados com vínculo empregatício formal, no mesmo ano.

Por esse motivo os números absolutos têm que ser vistos com alguma ressalva, pois, algum crescimento no número de pessoas com carteira assinada em setores com baixo grau de formalização nas relações de trabalho, pode significar, simplesmente, que está aumentando o número de registros em carteira, mas não o número de postos de trabalho propriamente dito.

Assim, as informações da RAIS expressam melhor a distribuição relativa do emprego formal entre os principais setores de atividades que o número absoluto de postos de trabalho existentes. Mas apresenta os números efetivos do mercado formal de trabalho.

Tabela 12
Evolução do Emprego Formal e do Número de Unidades Locais, segundo Ramos de Atividade
Estado do Amapá
1986 – 1997

Ramos de Atividade	1986		1990		1995		1997		1990/1986 (%)		1995/1990 (%)		1997/1995 (%)		1997/1986 (%)	
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO
Total	698	23.877	634	35.216	1.127	31.758	1.867	38.428	-9,2	47,5	77,8	-9,8	65,7	21,0	167,5	60,9
Extrativa Mineral	3	1.502	3	1.838	8	227	6	231	0,0	22,4	166,7	-87,6	-25,0	1,8	100,0	-84,6
Indústria de Produtos Minerais Não Metálicos	7	111	5	34	10	138	11	117	-28,6	-69,4	100,0	305,9	10,0	-15,2	57,1	5,4
Indústria Metalúrgica	1	2	4	222	8	242	9	89	300,0	11000,0	100,0	9,0	12,5	-63,2	800,0	4350,0
Indústria Mecânica	2	22	2	11	0	0	0	0	0,0	-50,0	-100,0	-100,0	-	-	-	-
Indústria Material Eletr. e de Comunicação	0	0	1	8	0	0	0	0	-	-	-100,0	-100,0	-	-	-	-
Indústria de Material de Transporte	0	0	0	0	2	6	0	0	-	-	-	-	-100,0	-100,0	-	-
Indústria da Madeira e do Mobiliário	21	1.090	15	90	19	80	23	84	-28,6	-91,7	26,7	-11,1	21,1	5,0	9,5	-92,3
Indústria do Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	3	432	3	404	11	756	22	142	0,0	-6,5	266,7	87,1	100,0	-81,2	633,3	-67,1
Indústria Borracha, Fumo, Couros, Peles, Sim. Ind.Div.	7	65	5	11	4	30	7	27	-28,6	-83,1	-20,0	172,7	75,0	-10,0	0,0	-58,5
Indústria Química de Prod. Farm., Veter., Perf., Sabão	0	0	1	0	3	8	5	80	-	-	200,0	-	66,7	900,0	-	-
Indústria Têxtil do Vest. e Artef. de Tecidos	1	12	1	3	0	0	8	10	0,0	-75,0	-100,0	-100,0	-	-	700,0	-16,7
Indústria de Calçados	0	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etilico	31	638	19	432	31	475	41	451	-38,7	-32,3	63,2	10,0	32,3	-5,1	32,3	-29,3
Serviços Industriais de Utilidade Pública	8	825	7	911	4	13.004	4	182	-12,5	10,4	-42,9	1327,4	0,0	-98,6	-50,0	-77,9
Construção Civil	35	1.728	44	2.223	73	2.464	95	1.252	25,7	28,6	65,9	10,8	30,1	-49,2	171,4	-27,5
Comércio Varejista	277	1.726	229	1.721	487	3.541	835	4.988	-17,3	-0,3	112,7	105,8	71,5	40,9	201,4	189,0
Comércio Atacadista	59	190	33	211	47	426	76	654	-44,1	11,1	42,4	101,9	61,7	53,5	28,8	244,2
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	18	429	21	374	21	306	32	347	16,7	-12,8	0,0	-18,2	52,4	13,4	77,8	-19,1
Com Adm. Imov., Val.Mov., Serviço Tec. Prof. Etc.	43	784	50	749	64	1.634	131	2.981	16,3	-4,5	28,0	118,2	104,7	82,4	204,7	280,2
Transportes e Comunicações	32	998	14	456	51	1.081	76	1.719	-56,3	-54,3	264,3	137,1	49,0	59,0	137,5	72,2
Serviços Aloj., Alim., Rep. Manu. Red., Rádio, TV.	88	1.526	88	1.825	110	1.284	274	3.939	0,0	19,6	25,0	-29,6	149,1	206,8	211,4	158,1
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	9	267	11	236	27	393	64	645	22,2	-11,6	145,5	66,5	137,0	64,1	611,1	141,6
Ensino	3	22	4	44	18	407	43	886	33,3	100,0	350,0	825,0	138,9	117,7	1333,3	3927,3
Administração Pública Direta e Autárquica	38	10.762	12	21.406	30	3.821	46	19.287	-68,4	98,9	150,0	-82,1	53,3	404,8	21,1	79,2
Agric., Silvic., Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	7	400	7	61	18	598	21	172	0,0	-84,8	157,1	880,3	16,7	-71,2	200,0	-57,0
Outros	5	346	55	1.946	81	837	38	145	1000,0	462,4	47,3	-57,0	-53,1	-82,7	660,0	-58,1

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Rais 1997.

– Informação inexistente para os anos de 1986, 1990, 1995 e 1997.

No setor de serviços, o aumento mais significativo ocorreu no ensino, tendo a média de empregados por estabelecimento passado de 7,3 para 20,6⁸.

Na indústria de transformação, o setor que confere maior peso à taxa negativa de PO é o da indústria da madeira e do mobiliário, cujos registros mostram, para o intervalo 1986/1997, decréscimo de 92%, embora o número de estabelecimentos tenha crescido 9,5%. Entretanto, segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Amapá (Fiap), existiam, em 1997, 60 madeireiras registradas formalmente, com 1863 empregados, cuja maior parte da produção era utilizada pelos setores da construção civil e movelaria. As moveleiras são em sua maioria microindústrias com uma média de três empregados por empresa⁹.

Tabela 13
Emprego Formal, por Sexo, segundo Grandes Grupos
Estado do Amapá
1997

Setores	Número de Estabelecimentos	Empregados			Proporção Homens/Mulheres
		Total	Masculino (%)	Feminino (%)	
Total	1.867	38.428	58,95	41,05	1,44
Indústria Extrativa Mineral	6	231	95,24	4,76	20,00
Indústria de Transformação	126	1.000	84,40	15,60	5,41
Serviços Industriais Utilidade Pública	4	182	63,74	36,26	1,76
Construção Civil	95	1.252	93,29	6,71	13,90
Comércio	911	5.642	63,91	36,09	1,77
Serviços	620	10.517	61,44	38,56	1,59
Administração Pública	46	19.287	51,78	48,22	1,07
Agropecuária	21	172	95,35	4,65	20,50
Outros ou Ignorado	38	145	61,38	38,62	1,59

Fonte: Ministério do Trabalho – Rais 1997.

A Tabela 13 mostra a distribuição do emprego entre os grupos masculino e feminino no Estado do Amapá, em 1997. A predominância de empregados do sexo masculino pode ser observada em todos os setores, sendo especialmente maior em setores considerados tradicionalmente “masculinos” tais como: indústria extrativa mineral, agropecuária e construção civil, com proporções homens/mulheres de 20,5, 20,0 e 13,9, respectivamente. Já nos segmentos de administração pública, serviços e comércio ocorre um maior equilíbrio entre os dois grupos.

⁸ A Gazeta Mercantil. Balanço Anual Amapá. Dezembro, 1998, fala da política do governo do Estado, que fez com que o Amapá tenha atualmente um dos melhores índices de crianças em idade escolar na escola.

⁹ Ver Gazeta Mercantil. Balanço Anual Amapá. Dezembro, 1998.

As tabelas 14 a 16 e o Mapa 3 apresentam a distribuição do emprego formal no Estado do Amapá: a Tabela 14, pela regionalização da Paer, a Tabela 15 e o Mapa 3, por mesorregiões, e a Tabela 16, segundo os municípios do Estado.

Verifica-se a concentração das atividades econômicas na capital, que abriga 88% do pessoal empregado do Estado. Para 15 dos 22 setores mostrados na Tabela 14, e que possuem estabelecimentos no Estado, mais de 88% dos empregados encontra-se em Macapá. Em relação aos estabelecimentos, a situação é quase a mesma, apenas diferenciando-se para a administração pública e os transportes e comunicações. Os setores cuja maior parte do pessoal ocupado está fora da capital são o extrativo mineral (90%), a indústria de produtos minerais não metálicos (83,8%), a indústria metalúrgica (71,9%) e a agropecuária (51%).

Analisando as mesorregiões, a concentração se repete com a mesorregião sul do Amapá, onde se localiza Macapá, reunindo a maioria dos estabelecimentos e a maioria absoluta do emprego formal, para todos os ramos de atividade.

No Mapa 3 e na Tabela 16 pode-se observar distribuição do emprego formal no Estado, segundo os municípios. Além da capital, que abriga 88% dos ocupados com emprego formal, Santana registra 6,8% e Porto Grande e Amapá registram mais de 1% do pessoal ocupado. Quanto aos estabelecimentos existentes no Estado, Macapá reúne 80%, Santana 11%, Laranjal do Jari 2,7%, Oiapoque 1,1% e Amapá 1%. Nos demais municípios o percentual não atinge 1%.

Santana, município contíguo a Macapá, destaca-se por concentrar o setor extrativo mineral, abrigando 90% do pessoal nele ocupado. Também na agropecuária e na indústria de transformação, esse município tem forte presença: 47% e 32% do pessoal ocupado em empregos formais dos dois setores, respectivamente.

Tabela 14
Distribuição do Emprego Formal e de Unidades Locais, por Região Paer, segundo Ramos de Atividade
Estado do Amapá
1997

Ramos de Atividade	Estabelecimentos			PO		
	Macapá	Demais Regiões	Total	Macapá	Demais Regiões	Total
Total	79,8	20,2	100,0	87,6	12,4	100,0
Extrativa Mineral	50,0	50,0	100,0	10,0	90,0	100,0
Indústria de Produtos Miner. Não-Metálicos	18,2	81,8	100,0	16,2	83,8	100,0
Indústria Metalúrgica	77,8	22,2	100,0	28,1	71,9	100,0
Indústria Mecânica	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria Material Eletr. e de Comunicação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria do Material de Transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria da Madeira e do Mobiliário	78,3	21,7	100,0	88,1	11,9	100,0
Indústria do Papel, Papelão, Edit. e Gráfica	86,4	13,6	100,0	92,3	7,7	100,0
Ind. Borracha, Fumo, Couros, Peles, Sim, Ind. Div.	57,1	42,9	100,0	70,4	29,6	100,0
Ind. Química de Prod. Farm., Veter., Perf., Sabão	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0
Indústria Têxtil do Vest. e Artef. de Tecidos	100,0	0,0	100,0	100,0	0,0	100,0
Indústria de Calçados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústria de Prod. Alim., Beb. e Álcool Etílico	58,5	41,5	100,0	59,0	41,0	100,0
Serviços Industriais de Utilidade Pública	75,0	25,0	100,0	98,4	1,6	100,0
Construção Civil	88,4	11,6	100,0	90,9	9,1	100,0
Comércio Varejista	83,0	17,0	100,0	89,0	11,0	100,0
Comércio Atacadista	85,5	14,5	100,0	92,4	7,6	100,0
Instituições de Crédito, Seguros e Capitalização	78,1	21,9	100,0	92,2	7,8	100,0
Com Adm. Imov., Val..Mov., Serviço Tec. Prof., etc.	81,7	18,3	100,0	59,7	40,3	100,0
Transportes e Comunicações	64,5	35,5	100,0	90,2	9,8	100,0
Serviços Aloj., Alim., Rep. Manu. Red., Rádio, TV	75,9	24,1	100,0	89,3	10,7	100,0
Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	89,1	10,9	100,0	94,0	6,0	100,0
Ensino	88,4	11,6	100,0	99,1	0,9	100,0
Administração Pública Direta e Autárquica	50,0	50,0	100,0	92,1	7,9	100,0
Agric., Silvic., Criação Animais, Extr. Veg., Pesca	66,7	33,3	100,0	49,4	50,6	100,0
Outros	89,5	10,5	100,0	98,6	1,4	100,0

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Rais 1997.

Tabela 15
 Distribuição do Emprego Formal e de Unidades Locais, por Setor de Atividade, segundo Mesorregiões
 Estado do Amapá
 1997

Mesorregiões	Extração Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Outros/ Ignorado		Total		
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Mesorregião 01																					
Norte do Amapá	16,67	0,43	1,59	0,30	0,00	0,00	2,11	0,24	2,52	0,97	3,72	3,21	20,00	2,70	4,76	1,16	0,00	0,00	3,27	2,40	
Mesorregião 02																					
Sul do Amapá	83,33	99,57	98,41	99,70	100,00	100,00	97,89	99,76	97,48	99,03	96,28	96,79	80,00	97,30	95,24	98,84	100,00	100,00	96,73	97,60	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Rais 1997.

Tabela 16
Distribuição do Emprego Formal e de Unidades Locais, por Setor de Atividade, segundo Municípios
Estado do Amapá
1997

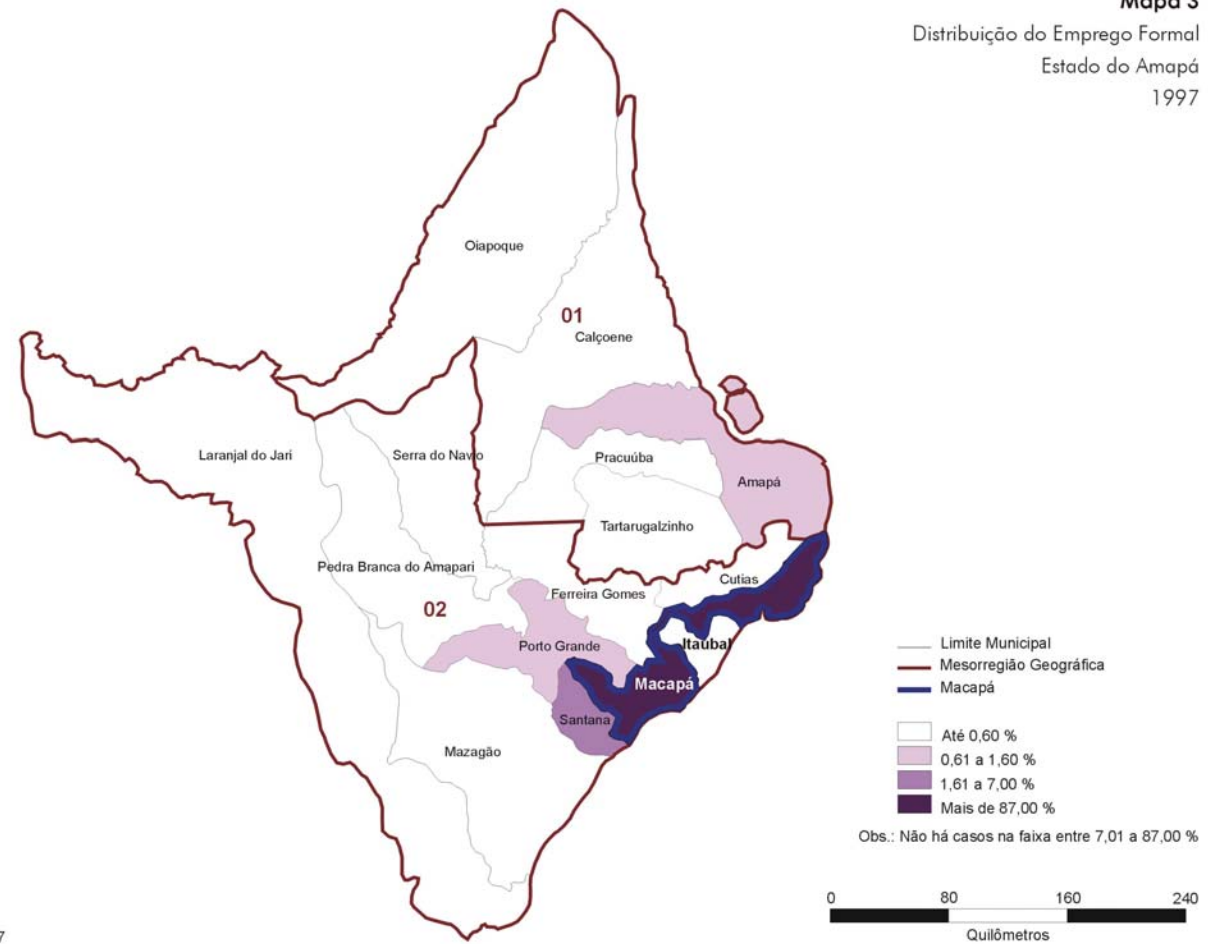
Municípios	Extração Mineral		Indústria de Transformação		Serviços Industriais Utilidade Pública		Construção Civil		Comércio		Serviços		Administração Pública		Agropecuária		Outros/ Ignorado		Total		
	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	UL	PO	
Capital do Estado																					
Total	50,00	9,96	69,05	62,40	75,00	98,35	88,42	90,89	83,21	89,37	78,32	82,33	51,11	92,08	66,67	49,42	89,47	98,62	79,94	87,57	
Macapá	50,00	9,96	69,05	62,40	75,00	98,35	88,42	90,89	83,21	89,37	78,32	82,33	51,11	92,08	66,67	49,42	89,47	98,62	79,94	87,57	
Demais Regiões																					
Total	50,00	90,04	30,95	37,60	25,00	1,65	11,58	9,11	16,79	10,63	21,68	17,67	48,89	7,92	33,33	50,58	10,53	1,38	20,06	12,43	
Amapá	0,00	0,00	1,59	0,30	0,00	0,00	2,11	0,24	0,44	0,12	1,46	0,72	6,67	2,34	0,00	0,00	0,00	0,00	1,07	1,41	
Calçoene	16,67	0,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,55	0,11	0,97	0,24	4,44	0,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	0,20	
Oiapoque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,54	0,74	0,65	0,09	6,67	0,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1,13	0,19	
Pracuúba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32	0,15	2,22	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,16	0,05	
Tartarugalzinho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32	2,01	0,00	0,00	4,76	1,16	0,00	0,00	0,16	0,55	
Serra do Navio	0,00	0,00	1,59	0,90	0,00	0,00	1,05	0,40	0,55	0,18	0,81	1,16	2,22	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	0,39	
Pedra Branca do Amapari	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2,22	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,01	
Cutias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,32	0,07	0,00	0,00	4,76	2,91	0,00	0,00	0,16	0,03	
Ferreira Gomes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,05	0,96	0,22	0,07	0,65	0,57	0,00	0,00	0,00	0,00	5,26	0,69	0,48	0,20	
Laranjal do Jari	0,00	0,00	1,59	0,30	0,00	0,00	2,11	1,84	3,51	1,36	1,94	0,17	4,44	0,20	0,00	0,00	0,00	0,00	2,68	0,41	
Mazagão	16,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,11	0,05	1,13	0,29	11,11	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,75	0,59	
Porto Grande	0,00	0,00	0,79	4,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,07	0,65	4,13	2,22	0,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,48	1,58	
Santana	16,67	89,61	25,40	31,60	25,00	1,65	5,26	5,67	9,55	7,92	12,46	8,08	6,67	3,34	23,81	46,51	5,26	0,69	11,43	6,81	

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Rais 1997.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 3

Distribuição do Emprego Formal
Estado do Amapá
1997



Fonte: Ministério do Trabalho - RAIS / 1997

População

O Estado do Amapá abrigava, em 1996, segundo dados do IBGE – Contagem Populacional –, 0,24% da população brasileira, o que correspondia a 379 mil habitantes, distribuídos em 15 municípios¹⁰. Apenas três deles possuíam população superior a 20 mil habitantes e totalizavam 84% da população estadual: Santana, Laranjal do Jari e Macapá, a capital, que possuía uma população de cerca de 220 mil, ou seja, concentrava sozinha 58% dos habitantes do Estado. O grau de urbanização do Amapá que era, em 1980, 59% atingiu, em 1996, 87%, valor determinado por esses três municípios cujas populações são majoritariamente urbanas, com os seguintes graus de urbanização: 89,3%, 71,6% e 91,8%, respectivamente. O quarto município em população era Mazagão, único na faixa entre 10 mil e 20 mil habitantes, com grau de urbanização de 45%. Esses quatro municípios, contíguos e situados na mesorregião sul do Amapá concentram 87% da população amapaense, com mais de 90% dos seus habitantes morando em áreas urbanas. Dos onze municípios restantes, que não atingem 10 mil habitantes, sete possuem menos de 5 mil (Tabela 17).

Em 1980, o então Território do Amapá era dividido em cinco municípios: Macapá, Amapá, Calçoene, Mazagão e Oiapoque. Em 1989 foram implantados, no recém criado Estado do Amapá, quatro novos municípios: Ferreira Gomes e Santana desmembrados de Macapá, Tartarugalzinho do município de Amapá e Laranjal do Jari, de Mazagão. Laranjal do Jari tem como origem a Vila do Beiradão, considerada a maior favela da Amazônia, que se formou no entorno do Projeto Jari (para produção de celulose branqueada), cuja sede localizava-se no vizinho município de Monte Dourado, no Estado do Pará¹¹.

Em 1993, novos desmembramentos deram origem a mais 6 municípios e em 1997 foi instalado Vitória do Jari, desmembrado de Laranjal do Jari, totalizando os 16 municípios atuais.

¹⁰ Em 1997 foi implantado mais um município no Estado, Vitória do Jari, desmembrado de Laranjal do Jari.

¹¹ Ver Lima, Ricardo Ângelo Pereira. *Imigrantes e Qualidade de Vida na Amazônia Setentrional Brasileira*. Scripta Nova Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais. Universidad de Barcelona, nº 45 (31), 1999.

O Amapá tem crescido nos últimos vinte anos a taxas muito superiores às brasileiras: 4,67% a.a. entre 1980 e 1991 e 5,67% a.a. entre 1991 e 1996, contra 1,93% a.a. e 1,36% a.a. do Brasil, nos dois períodos, respectivamente. A população rural apresentou queda nos dois períodos estudados, respectivamente: -2,32% a.a. e -2,47% a.a., enquanto a população urbana cresceu 7,7% a.a. entre 1980 e 1991 e 7,3% a.a. entre 1991 e 1996. No primeiro período, foi o município de Santana, então pertencendo a Macapá e onde se localiza o porto do Estado, o que apresentou a maior taxa de crescimento, e, no período seguinte, foi Laranjal do Jari, seguido de Santana que continuou crescendo acima da média estadual.

Tabela 17
 Número de Municípios e Distribuição da População Segundo Classes de Tamanho de Município
 Estado do Amapá
 1980–1996

Classes de Tamanho de Municípios	1980(1)				1991				1996			
	Municípios		População Total		Municípios		População Total		Municípios		População Total	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Total	9	100,00	175.257	100,00	9	100,00	289.397	100,00	15	100,00	379.459	100,00
Até 5 Mil Habitantes	3	33,33	8.085	4,61	2	22,22	7.079	2,45	7	46,67	18.609	4,90
De 5 Mil a 10 Mil Habitantes	3	33,33	18.609	10,62	4	44,44	29.718	10,27	4	26,67	29.130	7,68
De 10 Mil a 20 Mil Habitantes	1	11,11	13.193	7,53	-	-	-	-	1	6,67	11.353	2,99
De 20 Mil a 50 Mil Habitantes	1	11,11	24.309	13,87	1	11,11	21.372	7,39	1	6,67	29.904	7,88
De 50 Mil a 100 Mil Habitantes	-	-	-	-	1	11,11	51.451	17,78	1	6,67	69.501	18,32
De 100 Mil a 500 Mil Habitantes	1	11,11	111.061	63,37	1	11,11	179.777	62,12	1	6,67	220.962	58,23
Mais que 500 Mil Habitantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

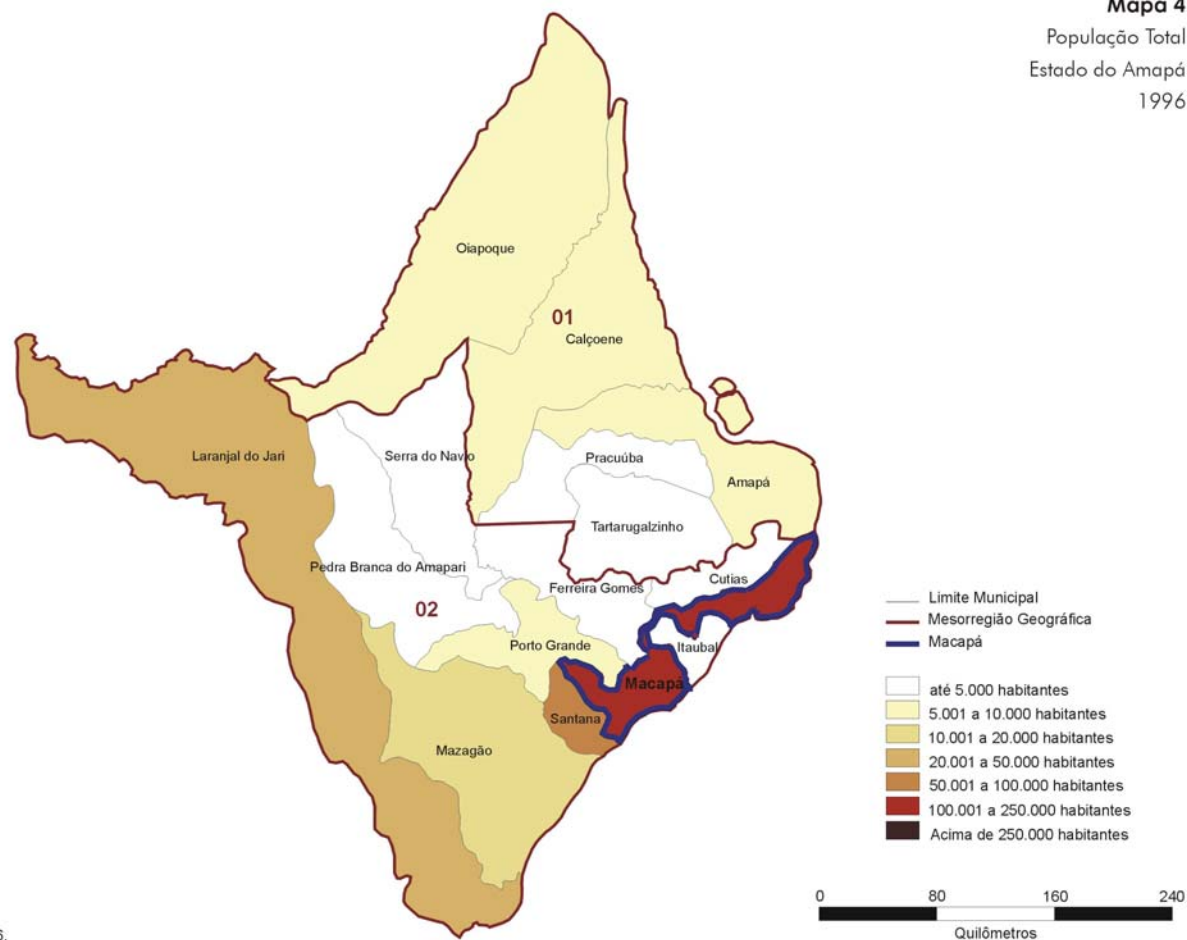
Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Nota: (1)Base 1991.Os dados de população para 1980 foram desmembrados da população total do município de origem.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 4

População Total
Estado do Amapá
1996

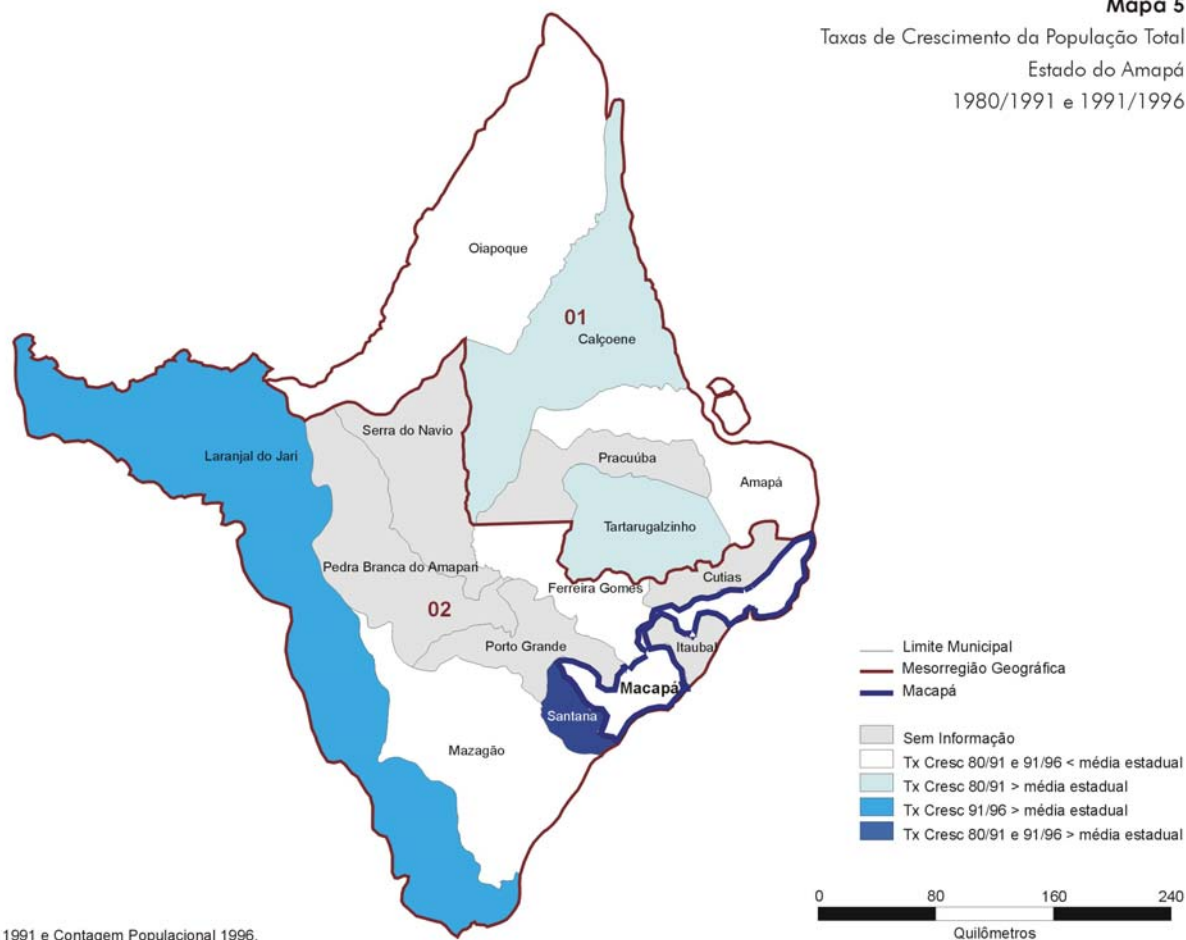


Fonte: IBGE - Contagem Populacional 1996.

Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 5

Taxas de Crescimento da População Total
Estado do Amapá
1980/1991 e 1991/1996



Fonte: IBGE; Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Na década de 80 a Região Norte do país caracterizava-se como área de atração populacional e, embora tenha enfraquecido seu poder de retenção da população migrante, o Norte continuou com saldo positivo nas trocas populacionais. O Estado do Amapá emergiu no período 1991/1996 como área de forte absorção da migração regional devido ao fluxo oriundo do Pará, assim como de Roraima¹².

Tabela 18
População Total, Taxas de Crescimento e Grau de Urbanização
Estado do Amapá, Mesorregiões Geográficas e Municípios
1980–1996

Estado, Mesorregiões e Municípios	População Total			Taxa de Crescimento (%)		Grau de Urbanização (%)	
	1980 (1)	1991	1996	1980/1991	1991/1996	1991	1996
Estado Amapá	175.257	289.397	379.459	4,67	5,67	80,90	87,12
Mesorregião 1 – Norte do Amapá	17.000	25.500	28.232	3,75	2,09	57,00	64,08
Oiapoque	5.028	7.555	9.820	3,77	5,48	53,00	56,92
Amapá	6.338	8.075	6.441	2,23	-4,49	62,37	84,46
Calçoene	2.834	5.177	5.678	5,63	1,90	75,41	75,18
Tartarugalzinho	2.800	4.693	4.603	4,81	-0,39	33,88	46,73
Pracuúba	-	-	1.690	-	--		37,93
Mesorregião 2 – Sul do Amapá	158.257	263.897	351.227	4,76	5,99	83,21	88,97
Macapá	111.061	179.777	220.962	4,48	4,28	85,70	94,89
Santana	24.309	51.451	69.501	7,05	6,31	89,02	94,26
Laranjal do Jari	13.193	21.372	29.904	4,48	7,07	66,91	71,61
Mazagão	7.243	8.911	11.353	1,90	5,05	44,00	45,91
Porto Grande	-	-	7.191	-	--		70,24
Pedra Branca do Amapari	-	-	3.018	-	--		29,06
Serra do Navio	-	-	2.751	-	--		45,37
Ferreira Gomes	2.451	2.386	2.604	-0,24	1,79	63,37	73,35
Cutias	-	-	1.998	-	--		45,75
Itaubal	-	-	1.945	-	--		35,78

Fonte: Fundação IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Contagem Populacional 1996.

Nota: (1)Base 1991.Os dados de população para 1980 foram desmembrados da população total do município de origem.

Com efeito, após sua transformação em Estado pela Constituição Federal de 1988 e da criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), em 1991, o Amapá transformou-se num novo pólo de migração na Amazônia. Entretanto, continua sendo um dos Estados brasileiros com menores densidades populacionais (cerca de 2,6 habitantes por km²)¹³.

¹² Ver Baeninger, Rosana. Região, Metrópole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes – Brasil, 1980-1996. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp. 1999

¹³ Ver site do governo do Amapá: www.amapa.gov.br.

Analisando a distribuição da população por sexo, verifica-se ligeira predominância dos homens, sendo que na mesorregião norte, menos populosa e menos urbana, a diferença percentual entre homens e mulheres é superior a 6%.

Tabela 19
Distribuição da População, por sexo, segundo Mesorregiões
Estado do Amapá
1996

Estado e Mesorregiões	Homens	Mulheres
Estado do Amapá	50,35	49,65
Mesorregião 1		
Norte do Amapá	53,13	46,87
Mesorregião 2		
Sul do Amapá	50,12	49,88

Fonte: Fundação IBGE – Contagem Populacional 1996; Fundação Seade.

Perfil Educacional

A análise da situação educacional do Estado do Amapá fundamenta-se nos indicadores de instrução da população (taxa de analfabetismo para 1991 e 1995), de escolarização (taxa líquida de escolarização para 1998) e de acesso ao sistema de permanência na escola (matrículas por nível de ensino e dependência administrativa em 1991, 1996 e 1998 e variações das matrículas por nível de ensino, entre 1991 e 1998, 1996 e 1998, e dos concluintes entre 1990 e 1997).

Para dimensionar as dificuldades de acesso ao sistema e de permanência da criança e do adolescente na escola, foram utilizados dados sobre a população analfabeta e a taxa de analfabetismo do grupo de idade de 11 a 14 anos, em 1991. Segundo a Unesco, é nesse grupo que devem ser mensurados o contingente de analfabetos e o nível de analfabetismo entre crianças e adolescentes que já deveriam estar freqüentando a 5ª série do ensino fundamental, sendo capazes de realizar operações numéricas simples.

O contingente de analfabetos e a taxa de analfabetismo entre os jovens – população-alvo da educação profissional – podem ser visualizados por meio dos indicadores desagregados por grupos de idade de 15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 15 a 24 anos, disponíveis para Estados e Regiões nos anos de 1991 e 1995.

No Estado do Amapá, em 1991, as taxas de analfabetismo da população de 11 a 14 anos (14%), de 15 a 19 anos (10%), de 15 a 24 anos (10%) e de 15 anos e mais (19%) situavam-se abaixo das observadas para a Região Norte (23%, 15%, 15% e 25%, respectivamente) e posicionavam-se no mesmo patamar das taxas nacionais (16% para as pessoas de 11 a 14 anos e 12% para os outros dois grupos de idade e 20% para o grupo de 15 anos e mais).

É importante ressaltar que os dados sobre o Amapá e todos os Estados da Região Norte (exceto Tocantins) limitam-se apenas à população urbana, pois a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD não investiga as características da população rural residente, restringindo, portanto, a análise dos dados de analfabetismo, no ano de 1995, à população urbana.

Em 1995, as taxas de analfabetismo da população urbana de 15 a 19 anos (2%), de 15 a 24 anos (4%), de 20 a 24 anos (7%) e de 15 anos e mais (11%) aproximavam-se às registradas pela Região Norte e pelo país, que apresentavam valores semelhantes para a população urbana desses grupos etários, a saber, 4%, 4%, 5% e 12%, respectivamente.

Comparando-se as taxas de analfabetismo da população urbana, para as três agregações entre 1991 e 1995, observa-se uma diminuição que oscila de 3% e 5% para todos os segmentos, exceto para o Estado no grupo etário de 20 a 24 anos, faixa em que praticamente não houve redução.

Ao serem analisados esses indicadores por situação de domicílio e sexo, observa-se que no Brasil, nesse período, as taxas de analfabetismo das mulheres de 15 a 19 anos, 15 a 24 anos e 15 anos e mais diminuíram cinco pontos percentuais em cada um dos grupos de idade, sendo que as reduções mais significativas ocorreram para a população rural – de 8% a 10% –, que já apresentava elevado analfabetismo. Na Região Norte, para o segmento feminino esse movimento de queda acentuou-se com variação uniforme (cerca de 10% para todas as faixas etárias).

Para o Estado do Amapá, tendo em vista a não-disponibilidade de dados da população residente na zona rural, a análise comparativa não pôde ser elaborada.

Tabela 20

População Total, População Não-Alfabetizada e Taxa de Analfabetismo, por Situação do Domicílio e Sexo, segundo Grupos de Idade
Brasil, Região Norte e Estado do Amapá
1991-1995

Grupos de Idade	População Total					População Não-Alfabetizada					Taxa de Analfabetismo				
	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres	Total	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
1991															
Brasil															
11 a 14 Anos	13.440.733	9.768.687	3.672.046	2.160.720	872.862	1.287.858	16,1	8,9	35,1
15 a 19 Anos	15.017.472	11.157.641	3.859.831	7.460.490	7.556.982	1.810.236	756.558	1.053.678	1.127.382	682.854	12,1	6,8	27,3	15,1	9,0
20 a 24 Anos	13.564.878	10.485.477	3.079.401	6.712.435	6.852.443	1.652.047	766.266	885.781	935.263	716.784	12,2	7,3	28,8	13,9	10,5
15 a 24 Anos	28.582.350	21.643.118	6.939.232	14.172.925	14.409.425	3.462.283	1.522.824	1.939.459	2.062.645	1.399.638	12,1	7,0	28,0	14,6	9,7
15 Anos e Mais	95.837.043	74.443.693	21.393.350	46.683.696	49.153.347	19.233.239	10.561.449	8.671.790	9.266.587	9.966.652	20,1	14,2	40,5	19,8	20,3
Região Norte															
11 a 14 Anos	1.077.617	634.342	443.275	246.517	79.124	167.393	22,9	12,5	37,8
15 a 19 Anos	1.138.988	699.398	439.590	568.634	570.354	170.313	51.346	118.967	101.384	68.929	15,0	7,3	27,1	17,8	12,1
20 a 24 Anos	933.693	575.872	357.821	471.146	462.547	148.951	46.555	102.396	83.078	65.873	16,0	8,1	28,6	17,6	14,2
15 a 24 Anos	2.072.681	1.275.270	797.411	1.039.780	1.032.901	319.264	97.901	221.363	184.462	134.802	15,4	7,7	27,8	17,7	13,1
15 Anos e Mais	5.763.395	3.525.262	2.238.133	2.936.839	2.826.556	1.420.268	558.250	862.018	736.143	684.125	24,6	15,8	38,5	25,1	24,2
Amapá															
11 a 14 Anos	31.844	25.936	5.908	4.352	2.329	2.023	13,7	9,0	34,2
15 a 19 Anos	33.465	27.912	5.553	16.437	17.028	3.252	1.839	1.413	1.834	1.418	9,7	6,6	25,4	11,2	8,3
20 a 24 Anos	26.611	22.300	4.311	13.130	13.481	2.872	1.700	1.172	1.472	1.400	10,8	7,6	27,2	11,2	10,4
15 a 24 Anos	60.076	50.212	9.864	29.567	30.509	6.124	3.539	2.585	3.306	2.818	10,2	7,0	26,2	11,2	9,2
15 Anos e Mais	158.044	130.903	27.141	78.816	79.228	30.421	19.855	10.566	14.189	16.232	19,2	15,2	38,9	18,0	20,5
1995															
Brasil															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	15.778.383	12.410.258	3.368.125	7.988.596	7.789.787	1.077.149	502.520	574.629	745.401	331.748	6,8	4,0	17,1	9,3	4,3
20 a 24 Anos	13.005.748	10.518.256	2.487.492	6.435.482	6.570.266	981.078	486.302	494.776	611.664	369.414	7,5	4,6	19,9	9,5	5,6
15 a 24 Anos	28.784.131	22.928.514	5.855.617	14.424.078	14.360.053	2.058.227	988.822	1.069.405	1.357.065	701.162	7,2	4,3	18,3	9,4	4,9
15 Anos e Mais	103.326.410	83.258.120	20.068.290	49.778.637	53.547.773	16.087.456	9.521.317	6.566.139	7.693.168	8.394.288	15,6	11,4	32,7	15,5	15,7
Região Norte															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	848.017	810.352	37.665	402.858	445.159	33.909	28.023	5.886	21.401	12.508	4,0	3,5	15,6	5,3	2,8
20 a 24 Anos	664.540	637.922	26.618	327.118	337.422	34.109	29.446	4.663	20.668	13.441	5,1	4,6	17,5	6,3	4,0
15 a 24 Anos	1.512.557	1.448.274	64.283	729.976	782.581	68.018	57.469	10.549	42.069	25.949	4,5	4,0	16,4	5,8	3,3
15 Anos e Mais	4.471.607	4.259.655	211.952	2.158.914	2.312.693	595.206	527.892	67.314	292.043	303.163	13,3	12,4	31,8	13,5	13,1
Amapá															
11 a 14 Anos
15 a 19 Anos	38.126	38.126	-	21.880	16.246	663	663	-	663	0	1,7	1,7	-	3,0	-
20 a 24 Anos	27.849	27.849	-	14.920	12.929	1.988	1.988	-	663	1.325	7,1	7,1	-	4,4	10,2
15 a 24 Anos	65.975	65.975	-	36.800	29.175	2.651	2.651	-	1.326	1.325	4,0	4,0	-	3,6	4,5
15 Anos e Mais	170.739	170.739	-	89.183	81.556	18.238	18.238	-	8.623	9.615	10,7	10,7	-	9,7	11,8

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.
(...) Dado não disponível.

A taxa líquida de escolarização – relação entre o número de alunos na faixa etária adequada matriculados em determinado nível de ensino e a população nessa mesma faixa etária – para o Amapá, em 1998, foi de 91% para o ensino fundamental, praticamente o mesmo valor registrado para a Região Norte e quatro pontos percentuais abaixo da visualizada no país, ao passo que a do ensino médio, 23%, encontrava-se oito pontos percentuais acima da Região Norte e oito pontos abaixo da nacional.

Tabela 21
Taxas Líquidas de Escolarização, por Nível de Ensino
Brasil, Região Norte e Estado do Amapá
1998

Regiões	Em porcentagem	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio (1)
Brasil	95,3	30,8
Região Norte	90,4	15,2
Amapá	91,3	22,8

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

(1) As faixas etárias utilizadas para o cálculo da taxa líquida de escolarização do ensino médio, foram 15 a 19 anos, em 1991, e 15 a 17 anos em 1998.

A distribuição das matrículas por nível de ensino e dependência administrativa, no Amapá, em 1998, indica que a rede estadual mantinha 56% dos alunos da pré-escola, 76% do ensino fundamental e 88% do ensino médio, enquanto a rede particular participava com 17%, 6% e 12%, respectivamente. Já a rede municipal respondia por 27% e 18% das matrículas da pré-escola e do ensino fundamental (e sem participação no ensino médio).

Entre 1991 e 1998, as matrículas na pré-escola registraram aumento no Estado (56%) e na Região Norte (20%) e queda no Brasil (7%). Ao se analisar a variação dessas matrículas no período 1996-98, verifica-se crescimento no Estado (4%), decréscimo na Região (21%) e no Brasil (14%).

É interessante notar que, no Amapá, a implantação, em 1998, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) - que modifica o financiamento da educação ao vincular constitucionalmente recursos ao ensino fundamental que poderiam estar sendo destinados à pré-escola - não alterou significativamente o atendimento a esse nível de ensino, que, entre 1996-98, apresentou crescimento de 4%. Já na Região Norte e no Brasil, nesse mesmo período, as matrículas diminuíram 21% e 14%, respectivamente, sugerindo a relação entre a queda das matrículas

com a redução do ritmo de crescimento da faixa etária demandatária desse nível de ensino e a implantação do Fundef em 1998.

Ressalte-se que o crescimento de 4%, entre 1996-98, significou aumento de 784 matrículas na pré-escola, assim distribuído: a rede municipal e a particular com acréscimo de 2.918 e 758, respectivamente, e a rede estadual com diminuição de 2.892 matrículas.

Para o período 1991-98 houve aumento de 61% no total de matrículas do ensino fundamental seguido pelo crescimento de 116% no número de concluintes entre 1990 e 1997, percentuais superiores aos valores registrados para a Região Norte (43% e 111%, respectivamente) e para o país (23% e 103%, respectivamente).

Observa-se, no entanto, que o impacto do Fundef no aumento ou na transferência dessas matrículas da rede estadual para a municipal foi significativo, pois, entre 1996 e 1998, a rede estadual cresceu 9% no número de matrículas, e a municipal, 44%.

Destaque-se que, em 1998, no Estado, a rede federal não ofereceu matrículas em nenhum dos níveis de ensino.

Para o ensino médio, verificou-se, no período 1991-98, elevadíssimo crescimento (236%) no número de matrículas no Estado do Amapá, percentual quase duas vezes aquele registrado na Região Norte (123%) e superior quase três vezes ao percentual do país (85%). O total de concluintes, por sua vez, cresceu 220% entre 1990 e 1997, percentual superior àqueles observados para a Região Norte (143%) e para o Brasil (102%).

O total de matrículas nos cursos presenciais de jovens e adultos, entre 1995 e 1998, cresceu 170%, sendo que a rede pública respondeu por 96% dos alunos, totalizando, no último ano do período, 31.537 alunos. A rede particular que atendia 359 alunos em 1995, aumentou suas matrículas, atendendo, em 1998, 1.110 alunos.

Esse crescimento da oferta de matrículas nessa modalidade de ensino e o expressivo aumento nas matrículas do ensino médio mostram-se, no entanto, insuficientes para resolver os graves problemas no atendimento à população

jovem, confirmados pela baixa taxa de escolarização obtida pelo Estado em 1998 (23%).

Tabela 22
Matrículas e Variação, segundo Níveis de Ensino e Dependência Administrativa
Brasil, Região Norte e Estado do Amapá
1991-1998

Níveis de Ensino	Dependência Administrativa	1991		1996		1998		Variação (%)	
		Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	Nº Absoluto	%	91/98	96/98
Brasil									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	5.283.894	100,0	5.714.303	100,0	4.917.408	100,0	-6,9	-14,0
	Federal	17.240	0,3	6.254	0,1	2.585	0,1	-85,0	-58,7
	Estadual	1.209.937	22,9	997.723	17,5	461.663	9,4	-61,8	-53,7
	Municipal	2.742.849	51,9	3.446.725	60,3	3.209.918	65,3	17,0	-6,9
Ensino Fundamental	Total	1.313.868	24,9	1.263.601	22,1	1.243.242	25,3	-5,4	-1,6
	Federal	95.536	0,3	33.564	0,1	29.181	0,1	-69,5	-13,1
	Estadual	16.716.816	57,2	18.468.772	55,7	17.266.355	48,2	3,3	-6,5
	Municipal	8.773.360	30,0	10.921.037	33,0	15.113.669	42,2	72,3	38,4
Ensino Médio	Total	3.618.012	12,4	3.707.897	11,2	3.383.349	9,5	-6,5	-8,8
	Federal	103.092	2,7	113.091	2,0	122.927	1,8	19,2	8,7
	Estadual	2.472.757	65,6	4.137.324	72,1	5.301.475	76,1	114,4	28,1
	Municipal	176.769	4,7	312.143	5,4	317.488	4,6	79,6	1,7
Particular	Total	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
	Federal	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
	Estadual	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
	Municipal	1.017.612	27,0	1.176.519	20,5	1.226.641	17,6	20,5	4,3
Região Norte									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	369.968	100,0	561.218	100,0	443.743	100,0	19,9	-20,9
	Federal	8.368	2,3	794	0,1	886	0,2	-89,4	11,6
	Estadual	121.494	32,8	210.403	37,5	126.940	28,6	4,5	-39,7
	Municipal	168.511	45,5	280.231	49,9	244.663	55,1	45,2	-12,7
Ensino Fundamental	Total	71.595	19,4	69.790	12,4	71.254	16,1	-0,5	2,1
	Federal	63.597	2,8	6.912	0,2	5.734	0,2	-91,0	-17,0
	Estadual	1.291.817	57,5	1.730.116	61,3	1.587.153	49,5	22,9	-8,3
	Municipal	742.541	33,1	926.204	32,8	1.466.610	45,7	97,5	58,3
Ensino Médio	Total	148.384	6,6	157.299	5,6	148.383	4,6	0,1	-5,7
	Federal	202.544	100,0	371.454	100,0	450.787	100,0	122,6	21,4
	Estadual	13.846	6,8	10.212	2,7	7.290	1,6	-47,3	-28,6
	Municipal	156.866	77,4	318.904	85,9	396.169	87,9	152,6	24,2
Particular	Total	2.637	1,3	5.390	1,5	4.500	1,0	70,6	-16,5
	Federal	29.195	14,4	36.948	9,9	42.828	9,5	46,7	15,9
	Estadual	29.195	14,4	36.948	9,9	42.828	9,5	46,7	15,9
	Municipal	29.195	14,4	36.948	9,9	42.828	9,5	46,7	15,9
Amapá									
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	Total	12.614	100,0	18.941	100,0	19.725	100,0	56,4	4,1
	Federal	8.044	63,8	-	-	-	-	-100,0	-
	Estadual	-	-	13.962	73,7	11.070	56,1	-	-20,7
	Municipal	1.780	14,1	2.406	12,7	5.324	27,0	199,1	121,3
Ensino Fundamental	Total	2.790	22,1	2.573	13,6	3.331	16,9	19,4	29,5
	Federal	76.270	100,0	107.117	100,0	122.392	100,0	60,5	14,3
	Estadual	60.271	79,0	-	-	-	-	-100,0	-
	Municipal	-	-	86.102	80,4	93.525	76,4	-	8,6
Ensino Médio	Total	12.757	16,7	15.386	14,4	22.105	18,1	73,3	43,7
	Federal	3.242	4,3	5.629	5,3	6.762	5,5	108,6	20,1
	Estadual	7.637	94,2	-	-	-	-	-100,0	-
	Municipal	-	-	18.419	94,0	24.064	88,4	-	30,6
Particular	Total	471	5,8	1.185	6,0	3.168	11,6	572,6	167,3
	Federal	471	5,8	1.185	6,0	3.168	11,6	572,6	167,3
	Estadual	471	5,8	1.185	6,0	3.168	11,6	572,6	167,3
	Municipal	471	5,8	1.185	6,0	3.168	11,6	572,6	167,3

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Tabela 23
 Concluintes e Variação, por Nível de Ensino
 Brasil, Região Norte e Estado do Amapá
 1990-1997

Regiões	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	1990	1997	Variação 90/97 (%)	1990	1997	Variação 90/97 (%)
Brasil	1.062.707	2.151.835	102,5	658.725	1.330.150	101,9
Região Norte	53.079	111.835	110,7	29.774	72.397	143,2
Amapá	2.420	5.215	115,5	1.119	3.584	220,3

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Tabela 24
 Matrículas nos Cursos Presenciais de Jovens e Adultos,
 com Avaliação no Processo, por Dependência Administrativa
 Estado do Amapá
 1995-1998

Anos	Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Particular
1995	12.089	-	10.284	1.446	359
1997	27.350	-	21.901	4.361	1.088
1998	32.647	-	27.811	3.726	1.110
Variação 95/98	170,1	-	170,4	157,7	209,2
Variação 97/98	19,4	-	27,0	-14,6	2,0

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

O desempenho do sistema de ensino, captado pelas taxas de aprovação, reprovação e abandono do ensino fundamental, no período 1995-97, demonstra avanço nos índices de aprovação, com uma variação positiva de 6 pontos percentuais para o Estado e de 7 pontos percentuais tanto para a Região Norte quanto para o país.

No Estado do Amapá, nesse período, as taxas de abandono registraram redução de 8% para o segmento de 1ª à 4ª série assim como para o de 5ª à 8ª série, seguindo o movimento de queda do país e da Região Norte (3 e 5 pontos percentuais, respectivamente, para ambos os segmentos).

Em relação ao desempenho do ensino médio pode-se observar avanços no Estado, que apresentou crescimento de 15%, ficando cinco pontos percentuais acima do crescimento das taxas de aprovação verificadas na Região Norte e no Brasil entre 1995 e 1997.

Quanto às taxas de reprovação e abandono, verificou-se que a Região Norte e o Brasil tiveram redução de cerca de 3 e 8 pontos percentuais, respectivamente. No Estado, a taxa de reprovação apresentou diminuição em 5 pontos percentuais nesse período, acompanhando o movimento de queda observado para a Região Norte e para o país, e a taxa de abandono apresentou decréscimo, situando-se, em 1997, 9 pontos percentuais abaixo

daquelas apresentadas pela Região Norte (26%) e 2 pontos percentuais acima das apresentadas pelo país (14%).

Tabela 25
 Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Fundamental
 Brasil, Região Norte e Estado do Amapá
 1995-1997

Regiões	Em porcentagem								
	Total			1ª à 4ª Série			5ª à 8ª série		
	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil									
1995	70,6	15,7	13,6	70,9	16,2	12,9	70,2	14,9	14,9
1996	73,0	14,1	12,9	73,3	14,8	11,9	72,7	13,0	14,3
1997	77,7	11,5	10,8	77,1	12,8	10,1	78,7	9,4	11,9
Região Norte									
1995	58,9	17,9	23,2	59,3	18,3	22,4	58,2	17,0	24,8
1996	62,3	18,7	19,0	62,2	19,7	18,2	62,5	16,7	20,8
1997	65,6	16,5	17,9	64,4	18,5	17,1	68,4	12,0	19,6
Amapá									
1995	65,2	17,8	17,0	66,5	16,7	16,9	62,9	19,9	17,2
1996	66,7	22,3	11,0	67,9	21,7	10,4	64,3	23,4	12,3
1997	71,2	19,7	9,1	70,7	20,2	9,1	72,0	18,7	9,2

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.
 (1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

Tabela 26
Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono do Ensino Médio
Brasil, Região Norte e Estado do Amapá
1995-1997

Regiões	Em porcentagem		
	Aprovação	Reprovação	Abandono (1)
Brasil			
1995	67,7	10,3	22,0
1996	74,4	9,9	15,7
1997	78,2	7,5	14,3
Região Norte			
1995	56,3	10,9	32,7
1996	67,9	11,3	20,8
1997	66,8	7,8	25,5
Amapá			
1995	55,7	17,6	26,7
1996	60,0	13,1	26,9
1997	71,0	12,3	16,7

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep.

(1) Abandono = 100 menos a taxa da aprovação menos a taxa de reprovação.

A relação existente entre qualidade de ensino e formação dos professores indica que, para complementar a análise do desempenho do sistema, é necessário considerar o perfil dos docentes da educação básica e sua respectiva remuneração.

No Amapá, 98% dos professores da 1ª à 4ª série e 58% dos docentes da 5ª à 8ª série apresentavam, em 1997, a formação exigida para o exercício do magistério, percentual superior à Região Norte no que se refere aos dois segmentos (74% e 46%, respectivamente) e ao verificado para o país (88%) da 1ª à 4ª série, porém inferior ao registrado da 5ª à 8ª série (75%). No ensino médio, 97% dos professores amapaenses possuíam a formação exigida para o exercício do magistério – posição superior à da Região Norte (82%) e à do país (89%). No Estado e na Região Norte, constataram-se ainda porcentagens muito altas de docentes leigos lecionando em classes de 5ª à 8ª série do ensino fundamental (42% e 54%), valores superiores aos apresentados pelo país (24%).

Os valores do salário médio dos docentes, por grau de formação, variavam significativamente, considerando-se apenas a formação exigida pela lei. O Estado apresentava, em 1997, remuneração bem superior à constatada na Região e no país para os dois segmentos do ensino fundamental e também para o ensino médio.

Tabela 27
 Docentes e Salários por Grau de Formação, segundo Nível de Ensino em que Lecionam
 Brasil, Região Norte e Estado do Amapá
 1997

Nível de Ensino	Total			Grau de Formação						
				Fundamental Incompleto/Completo		Médio Completo		Superior Completo ou Mais		Não Informado
	Nº Absoluto	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)	Salário Médio (R\$)	Docentes (%)
Brasil										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	204.644	100,0	419,5	14,9	134,1	59,1	349,9	25,6	715,7	0,4
1ª à 4ª Série	616.956	100,0	425,6	12,2	147,4	62,0	363,4	25,5	687,6	0,4
5ª à 8ª Série	434.991	100,0	605,4	0,4	247,0	23,9	329,6	75,3	693,8	0,4
Ensino Médio	238.589	100,0	700,2	0,1	284,1	10,3	345,8	89,1	739,6	0,6
Região Norte										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	15.381	100,0	322,01	29,6	178,48	65,0	359,06	5,0	700,54	0,4
1ª à 4ª Série	54.497	100,0	360,77	25,7	194,59	68,5	397,04	5,3	699,88	0,4
5ª à 8ª Série	25.438	100,0	586,37	1,0	280,31	52,5	444,95	46,1	755,10	0,3
Ensino Médio	11.515	100,0	735,46	0,1	303,93	17,2	406,06	82,4	804,86	0,3
Amapá										
Pré-Escola/Classe de Alfabetização	720	100,0	814,52	2,2	246,97	92,1	799,72	5,7	1273,16	0,0
1ª à 4ª Série	2.279	100,0	879,93	1,8	309,80	90,7	862,74	7,4	1217,26	0,2
5ª à 8ª Série	1.308	100,0	1054,45	0,0	0,00	41,8	869,49	58,0	1189,24	0,2
Ensino Médio	512	100,0	1179,50	0,2	221,23	3,1	746,91	96,5	1196,37	0,2

Fonte: Ministério da Educação – MEC/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep; Fundação Seade.

Nota: O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

A análise das informações sobre o Amapá permite vislumbrar os relativos avanços ocorridos no acesso e na permanência das crianças na escola, no que se refere ao atendimento dos alunos do ensino fundamental, a partir do aumento do número de matrículas e de concluintes.

No que se refere ao atendimento dos jovens e adultos, apesar do elevado crescimento das matrículas e dos concluintes do ensino médio e do relativo crescimento das matrículas nos cursos presenciais de jovens e adultos, a taxa de escolarização do ensino médio atingida pelo Estado, em 1998, ainda era baixa.

Esse comportamento indica o desafio a ser enfrentado pelo poder público em relação ao ensino de jovens, pois a baixa taxa de escolarização indica ainda a necessidade de medidas no combate ao fracasso escolar e de ampliação da oferta nas modalidades regular e supletivo, tanto para atender à demanda advinda dos concluintes do ensino fundamental, quanto para trazer para a escola os jovens e adultos que, na idade apropriada, não tiveram oportunidade de ingresso e/ou permanência no sistema de ensino.